avermamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 09 e 10/050704.

Certifico que foi depositada a escritura de que consta a cessação de funções dos gerentes Gabriel António da Silva Dias Martins e Hugo Ricardo Cardeira Serra por renúncia em 27 de Abril de 2005 e foi alterado totalmente o contrato que ficou com a seguinte redacção:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Oficina da Tala — Revestimentos e Carpintaria, Unipessoal, L.ª, com sede no Casal da Cascalheira, Armazém 2, Tala, freguesia de Belas, concelho de Sintra.

2 — Por decisão da gerência pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como pode a sociedade instalar, manter ou encerrar sucursais e outras formas de representação social, no país ou no estrangeiro.

2.º

A sociedade tem por objectivo a actividade de carpintaria e revestimentos.

3.º

O capital social é de cinco mil quatrocentos e oitenta e seis euros e setenta e oito cêntimos, totalmente realizado e representado por uma quota de igual valor nominal subscrita pelo único sócio João Ricardo Marques Serra.

4.º

A sociedade poderá adquirir quotas noutras sociedades, com objecto diferente do seu ou reguladas por lei especial, ou participar em agrupamentos complementares de empresas ou em agrupamentos europeus de interesse económico, ficando-lhe todavia vedada a participação noutras sociedades unipessoais por quotas.

5.º

1 — A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo ou fora dele, ficam a cargo do sócio único, nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme vier a ser decidido, podendo a sociedade nomear procuradores para a prática de determinados tipos de actos, sempre que o tiver por conveniente.

2 — Fica o sócio único autorizado a negociar com a própria sociedade em todos os actos e contratos estritamente necessários à prossecução do objecto social.

6.º

Devem ser consignadas em acta as decisões do sócio único, relativas a todos os actos para os quais, nas sociedades por quotas em regime de pluralidade de sócios, a lei determine a tomada de deliberações em assembleia geral.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

O Segundo-Ajudante, *Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes*.
2009808746

BOM DIA — SOCIEDADE DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE SUPERMERCADOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 019722/021216; identificação de pessoa colectiva n.º 503480037; inscrições n.ºs 10 e 11; números e data das apresentações: 13 e 14/050713.

Certifico que foi depositada a acta de que consta a designação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2005-2008:

Conselho de administração:
Presidente — Manuel Nunes;

Vogais: Elísio Henriques Fernandes e Sónia Cristina Bastos Nunes Lavrador.

Fiscal único — Gonçalves & Fonseca, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Joaquim de Jesus Gonçalves, ROC.
Suplente — Rogério Varandas Dias da Fonseca, ROC, por deliberação de 4 de Julho de 2005.

CAPÍTULO I

Firma, sede, objecto e duração

ARTIGO 1.º

Firma

A sociedade adopta o tipo de sociedade anónima, com a firma Bom Dia — Sociedade de Gestão e Exploração de Supermercados, S. A.

ARTIGO 2.º

Sede

1 — A sede da sociedade é na Rua da Bela Vista, 8, em Alto da Bela Vista, Cacém, freguesia de São Marcos, concelho de Sintra.

2 — A administração fica autorizada a deslocar a sede social para qualquer outro local do mesmo concelho ou concelho limítrofe.

3 — A administração pode transferir, abrir ou encerrar qualquer subsidiária, sucursal ou agência, delegações ou outra forma de representação social, onde e quando entender conveniente, dentro ou fora do país.

ARTIGO 3.º

Objecto

A sociedade tem por objecto a gestão e exploração de supermercados.

ARTIGO 4.º

Duração

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

ARTIGO 5.º

Participações sociais

A sociedade poderá adquirir livremente participações sociais em outras sociedades, com objecto diferente, bem como em sociedades reguladas por legislação especial e em agrupamentos complementares de empresas.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 6.º

Capital social

1 — O capital social, integralmente realizado, é de um milhão de euros.

2 — O capital social é representado por um milhão acções ordinárias, com o valor nominal de um euro cada.

3 — As acções são nominativas ou ao portador, podendo adoptar a forma escritural.

4 — As acções serão representadas por títulos, podendo haver títulos de mais de uma acção, e o concelho de administração pode emitir certificados provisórios ou definitivos representativos de qualquer número de acções.

5 — As despesas com o desdobramento dos títulos correrão por conta dos accionistas que o requeiram.

ARTIGO 7.º

Aumento de capital e prestações acessórias

1 — O aumento do capital social depende de deliberação da assembleia geral.

2 — Quando haja aumento de capital, os accionistas terão, na proporção das acções que possuírem, direito de preferência, quer na subscricção das novas acções, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido.

3 — Todos os accionistas poderão ser chamados a realizar prestações acessórias de capital, que podem ser integradas em dinheiro ou em espécie, em montante proporcional à sua participação no capital da sociedade, e até ao valor correspondente a dez vezes o valor nominal inicial da sua participação mediante deliberação da assembleia geral aprovada nos termos destes estatutos.

ARTIGO 8.º

Alienação de acções

1 — É livremente permitida a alienação das acções entre accionistas sendo que, porém, a alienação de acções nominativas a terceiros

está sujeita ao exercício do direito de preferência detido pelos outros accionistas, o qual se rege pelas normas constantes dos números seguintes.

2 — A transmissão *mortis* causa das acções nominativas só produz efeitos perante a sociedade na data da comunicação à mesma do falecimento do respectivo titular, sem prejuízo dos direitos da sociedade infra estabelecidos no artigo nono dos presentes Estatutos.

3 — A transmissão entre vivos, das acções nominativas da sociedade só produz os seus efeitos em relação a esta se tiver sido obtido o seu consentimento, o qual compete à assembleia geral.

4 — O accionista que pretenda alienar a terceiros as suas acções nominativas, no todo ou em parte, terá de o comunicar ao Conselho de Administração, por carta registada com aviso de recepção, indicando o nome do adquirente e todas as condições da alienação.

5 — O conselho de administração, no prazo de 30 dias a contar do recebimento da comunicação, procederá à convocação de uma reunião extraordinária da assembleia geral para deliberar sobre o consentimento da sociedade, a qual deverá ter lugar dentro dos 60 dias seguintes àquele em que houver sido recebido o pedido do accionista alienante.

6 — O accionista ou accionistas que pretendem exercer o seu direito de preferência na alienação, deverão, no prazo de 10 dias contados da data da reunião da assembleia geral a que se refere o número anterior, comunicá-lo à sociedade, por carta registada com aviso de recepção. Nos cinco dias subsequentes, e nos mesmos termos, o conselho de administração da sociedade comunicará ao accionista que se propõe alienar as suas acções, se algum ou alguns dos demais accionistas irão exercer o seu direito de preferência. No caso de mais de um deles preferir, as acções a ceder serão divididas entre os preferentes, na proporção das que eles então possuírem.

7 — Se a assembleia geral não deliberar sobre o pedido de consentimento nos 60 dias após a sua recepção, ou se os accionistas não exercerem o seu direito de preferência, o sócio fica livre para transmitir as suas acções à entidade e nas condições comunicadas.

8 — Em caso de recusa de consentimento da sociedade, na alienação pretendida efectivar, é obrigação da sociedade fazer adquirir as acções por outra entidade, nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos do disposto do número dois do artigo 105.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 9.º

Acções próprias

1 — A sociedade pode adquirir acções próprias até ao limite de dez por cento do seu capital, nos seguintes casos:

Por acordo com o respectivo titular;

a) No caso de cessão de observância do disposto no artigo 8.º;

b) No caso de falência, insolvência, interdição ou inabilitação do seu titular;

c) No caso de falecimento do seu titular e nenhum dos seus herdeiros for colaborador, directo ou indirecto, da sociedade;

d) Caso o seu titular deixe de colaborador, directa ou indirectamente com a sociedade.

2 — A sociedade pode adquirir acções próprias para além do limite supra predisposto nos casos predispostos no n.º 3 do artigo 317.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º

Obrigações

Mediante deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá emitir obrigações e outros títulos de dívidas nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

ARTIGO 11.º

Órgãos sociais

1 — São órgãos da empresa a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

2 — O mandato dos membros da mesa da assembleia geral, do conselho de administração e do fiscal único tem a duração de quatro anos, sendo permitida a sua renovação, por uma ou mais vezes.

3 — Os referidos titulares estão dispensados de prestar caução pelo exercício dos seus cargos.

SECÇÃO I

Assembleia geral

ARTIGO 12.º

Composição

1 — A assembleia geral é formada pelos accionistas.

2 — Deverão participar nos trabalhos da assembleia geral, sem direito a voto, os membros do conselho de administração e o fiscal único.

3 — Os accionistas deverão indicar, por carta ou ofício dirigido ao presidente da mesa, quem os representará na assembleia geral.

ARTIGO 13.º

Competência

1 — Compete, designadamente à assembleia geral:

a) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;

b) Fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e da mesa da assembleia geral;

c) Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas de exercício e a aplicação de resultados.

2 — As deliberações que importem alterações aos estatutos, aumentos e reduções de capital, emissão de acções preferências e realização de prestações acessórias, fusão, cisão, ou dissolução, só poderão ser aprovadas com o voto concordante, em primeira convocação, da assembleia geral, de accionistas que representem, pelo menos, dois terços do capital social.

3 — Em segunda convocação, as deliberações referidas no número anterior podem ser aprovadas pela maioria legalmente permitida para o efeito.

ARTIGO 14.º

Mesa

A mesa da assembleia geral é constituída pelo presidente e por um secretário.

ARTIGO 15.º

Convocação

1 — A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa.

2 — A convocação da assembleia geral faz-se mediante carta registada ou por publicação, com a indicação expressa dos assuntos a tratar e demais elementos exigidos por lei.

ARTIGO 16.º

Reuniões

A assembleia geral reúne, pelo menos, uma vez por ano e sempre que o conselho de administração, o fiscal único ou um ou mais accionistas que possuam acções correspondentes a pelo menos cinco por cento do capital social assim o requeiram.

SECÇÃO II

Conselho de Administração

ARTIGO 17.º

Composição

O conselho de administração é composto por três membros.

ARTIGO 18.º

Competência

1 — Compete designadamente ao conselho de administração:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações respeitantes ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;

b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, confessar e transigir em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

c) Estabelecer a organização técnico — administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente quanto ao pessoal e à sua remuneração;

d) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pela assembleia geral.

1 — Em caso de impossibilidade temporária física ou legal para o exercício das respectivas funções, os membros impedidos podem ser substituídos enquanto durar o impedimento.

2 — Tanto nos casos de substituição definitiva, como nos casos de substituição temporária, o substituto é designado pela mesma forma por que tiver sido designado o substituído e cessa funções no termo do período para que tiver sido nomeado, salvo se, no caso de substituição temporária, o substituído regressar ao exercício de funções antes de terminar o seu mandato.

ARTIGO 19.º

Delegação de poderes

1 — O conselho de administração poderá delegar em qualquer dos seus membros algumas das suas competências, definindo em acta os limites e as condições do seu exercício.

2 — O conselho de administração pode ainda delegar num dos seus membros, que será o administrador-delegado, a gestão corrente da sociedade.

ARTIGO 20.º

Competências do presidente

1 — Compete ao Presidente do conselho de administração :

- a) Representar o Conselho;
- b) Coordenar a actividade do conselho e convocar e dirigir as suas reuniões;
- c) Exercer voto de qualidade;
- d) Zelar pela correcta execução das deliberações do conselho de administração.

2 — Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo vogal do conselho por si designado para o efeito.

ARTIGO 21.º

Deliberações

1 — O conselho de administração não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros em exercício, salvo por motivo de urgência, como tal reconhecida pelo presidente, caso em que os votos podem ser expressos por correspondência ou por carta passada a outro administrador.

2 — As deliberações do conselho de administração constarão sempre da acta e serão tomadas pela maioria dos votos presentes ou representados, tendo o presidente, ou quem o substitua, voto de qualidade.

ARTIGO 22.º

Vinculação da sociedade

A sociedade obriga-se:

- a) Pelas assinaturas de dois membros do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de um administrador e de um procurador;
- c) Pela assinatura de um administrador ou procurador com poderes para o acto.

SECÇÃO III

Fiscal único

ARTIGO 23.º

Composição

O fiscal único será obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

ARTIGO 24.º

Competência

Compete ao fiscal único:

- a) Exercer, em geral, a fiscalização da actividade social;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrituração da sociedade;
- c) Acompanhar o funcionamento da sociedade, bem como o cumprimento dos estatutos e das normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;
- d) Emitir parecer acerca das demonstrações financeiras;
- e) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

CAPÍTULO IV

Exercício social e distribuição de resultados

ARTIGO 25.º

Exercício social

O exercício social coincide com o ano civil.

ARTIGO 26.º

Distribuições de resultados

1 — Os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de deduzidas ou reforçadas as reservas impostas por lei, terão o destino que a assembleia geral deliberar por simples maioria, podendo os mesmos não ser, no todo ou em parte, distribuídos pelos accionistas.

2 — No decurso de um exercício poderão ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros, nas condições previstas na lei.

CAPÍTULO V

Dissolução e liquidação

ARTIGO 27.º

A sociedade dissolve-se nos termos previstos na lei.

ARTIGO 28.º

A liquidação do património em consequência da dissolução será feita extrajudicialmente através de uma comissão liquidatária constituída pelos administradores em exercício, se a assembleia não deliberar de outro modo.

27 de Julho de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes*.
2009797710

VERGARTE MANUFACTURAS DE VIME, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 022154/050221; identificação de pessoa colectiva n.º 500968942; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 31/050221.

Certifico que foram alterados os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e adita 7.º, 8.º e 9.º do contrato que ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma VERGARTE — Comércio de Artesanato e Caixilharia de Alumínio, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Elias Garcia, 201, Alto do Forte, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, podendo a gerência deslocá-la livremente, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto comércio de artesanato, nomeadamente artigos de vime, verga, madeira e bambu. Fabrico e montagem de trabalhos de serralharia e caixilharia de alumínio. Reparação e manutenção de estruturas de ferro e alumínio.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cinquenta mil euros, e corresponde à soma quatro quotas, uma do valor nominal de vinte e cinco mil euros pertencente ao sócio Manuel João Gonçalves, uma do valor nominal de doze mil e quinhentos euros pertencente à sócia Amélia Maria de Jesus Pinheiro Gonçalves e duas quotas pertencentes ao sócio Luís Miguel Pinheiro Gonçalves, sendo uma de mil duzentos e cinquenta euros (bem próprio) e outra de onze mil duzentos e cinquenta euros (bem comum).

ARTIGO 5.º

A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livremente permitida. Porém a cessão de quotas a estranhos, fica dependente do prévio consentimento da sociedade à qual em primeiro lugar e depois dela aos sócios não cedentes fica reservado o direito de preferência.

ARTIGO 7.º

Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime, que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante de cem mil euros, sem prejuízo de eventuais suprimentos de que a sociedade carecer.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo do seu titular;
- b) Por falência ou insolvência do sócio titular;
- c) Se a quota for objecto de penhora, arresto ou outra providência cautelar.